PORTARIA GPR Nº 680, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Processo SEI 0042338/2026, resolve:

Art.1º Nomear, com fundamento nos artigos 9º, inciso I, e 10 da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 11.416/2006, o candidato Marcos Vinícius Almeida de Oliveira, habilitado na ampla concorrência no Concurso Público realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Contabilidade, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Órgão, em decorrência da aposentadoria de Claudio Alves Ricardo, conforme Portaria GPR 428, publicada no DOU de 15.07.2026, Seção 2 (seq. 164).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JAIR SOARES

PORTARIA GPR Nº 681, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Processo SEI 0042338/2026, resolve:

Art.1º Nomear, com fundamento nos artigos 9º, inciso I, e 10 da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 11.416/2006, as pessoas candidatas abaixo especificadas habilitadas na ampla concorrência no Concurso Público realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Órgão:

I - Igor Mota Ribeiro;

II - Sara Cristina Botelho Costa; e

III - Ana Luiza Fraga Duarte.

Parágrafo único - Os cargos vagos destinados às nomeações se deram em decorrência de:

I - aposentadoria de Francisca Eleide Peres, conforme Portaria GPR 292, publicada no DOU de 06.06.2025, Seção 2 (seq. 1657).

II - posse em outro cargo público inacumulável de:

a) Natalia Lermen Ghellar, conforme Portaria SEGP 52, publicada no DOU de 31.07.2026, Seção 2 (seq. 1828); e

b) Bruno de Alcantara Trindade, conforme Portaria SEGP 43, publicada no DOU de 30.06.2026, Seção 2 (seq. 1916).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JAIR SOARES

PORTARIA GPR Nº 682, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Processo SEI 0042338/2026, resolve:

Art.1º Nomear, com fundamento nos artigos 9º, inciso I, e 10 da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 11.416/2006, e na Lei 15.142/2025, a candidata Debora da Silva de Oliveira, habilitada como pessoa negra no Concurso Público realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Órgão, em decorrência da exoneração de Agatha Melissa Martins e Silva Gomes, conforme Portaria SEGP 59, publicada no DOU de 07.08.2026, Seção 2 (seq. 8118).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JAIR SOARES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GPR 1986, de 9 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2016, Seção 2, fl. 76, onde se lê: "...com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990 c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001; no art. 3º da Lei 8.911/1994 c/c a Resolução 19/1994-TJDF e com o art. 15 da Lei 9.527/1997; e no art. 2º da Lei 8.911/1994 c/c o art. 193 da Lei 8.112/1990, o § 2º do art. 14 da Lei 9.421/1996 e com o Acórdão 2.076/2005 - TCU/Plenário"; leia-se: "...com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001; no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997, conforme o disposto no Acórdão nº 5182/2026 - Primeira Câmara".

SECRETARIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

No artigo 20, da Portaria SEG Nº 1.594, de 8 de outubro de 2026, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2026, Seção 2, fl. 78, onde se lê: "... ficando dispensado da substituição do titular do Cargo em Comissão, CJ-03, de Diretor de Secretaria da 6ª Vara de Família da Circunscrição Judiciária de Brasília.", leia-se: "ficando dispensado da substituição do titular do Cargo em Comissão, CJ-01, de Assessor da 6ª Vara de Família da Circunscrição Judiciária de Brasília."

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA SGP N° 716, DE 9 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, tendo em vista o constante nos autos do Processo nº 14299/2026 - PROAD, resolve:

DECLARAR vago o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, ocupado pela servidora YASMIN AGUIAR COSTA, em razão de posse em cargo inacumulável, na forma do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, com efeitos a contar de 08.10.2026.

Des. ROQUE LUCARELLI DATTOLI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO PR Nº 359, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e conforme Processo PROAD 49515/2026, resolve:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 14/10/2026, 01 (um) cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com fulcro no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, em razão da posse de SABRINNA PINHEIRO LIMA, matrícula 188522, em outro cargo público.

SUELI TOMÉ DA PONTE

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.233, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 6655/2026, resolve:

DESIGNAR, a contar da publicação, a servidora MARISA INES BAIERLE ZANCHET (82732), Técnica Judiciária, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETORA DE SECRETARIA-CJ3, da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha, nos impedimentos legais da titular.

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO TRT6-GP Nº 263, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o art. 96, alínea "e", da Constituição Federal, combinado com os artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I e 10º da Lei nº 8.112/90,

CONSIDERANDO o teor do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SGPES Nº 80/2026, que autoriza o provimento de cargos na Justiça do Trabalho, conforme consta do Anexo do mencionado documento,

CONSIDERANDO que o provimento de cargo decorrente de vacância por posse em outro cargo público inacumulável não gera nova despesa para a Administração,

CONSIDERANDO as desistências expressas de candidatos(as) habilitados(as), conforme o contido nos PROADs Nºs 22712/2026 e 22968/2026,

CONSIDERANDO o Edital n. 9/2025, que trata do resultado final do concurso público para servidores(as) deste Tribunal, publicado em 24 de julho de 2025, na Seção 3, do Diário Oficial da União, com homologação em 25 de agosto de 2025, conforme publicação na mesma Seção, página 176, resolve:

NOMEAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no concurso público promovido por este Tribunal em 2024, para exercerem os cargos efetivos, abaixo mencionados, integrantes do Quadro de Pessoal Permanente deste Regional, observando-se a ordem de classificação:

ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA (sem especialidade), CLASSE "A", PADRÃO 1, NÍVEL SUPERIOR

VERUSCHKA ESTHER LEAL MARANHÃO GUEDES DE SENA, classificada em 2º lugar da lista reservada às pessoas com deficiência, com amparo no art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal e nos termos do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/99, para o cargo vago em decorrência da aposentadoria do servidor SERGIO LEONIDIO DE SOUSA, número da vaga 723, nos termos do ATO TRT6-GP nº 238/2025, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, em 09/06/2025, e tendo em vista a desistência expressa da candidata Bruna Sampaio Jardim Freitas (1º lugar - PCD), ficando lotada na Coordenadoria de Quadro de Pessoal aguardando lotação definitiva.

TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA (sem especialidade), CLASSE A, PADRÃO 1, NÍVEL SUPERIOR

1. BRUNO HENRIQUE SANTANA, classificado em 15º lugar, para o cargo vago em decorrência da posse em outro cargo público inacumulável do servidor JULIO MEDEIROS SANTOS, número da vaga 322, nos termos da Portaria TRT6-SGEP nº 114/2026, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, em 14/10/2026, ficando lotado na Coordenadoria de Quadro de Pessoal aguardando lotação definitiva;

2. JULIANA NASCIMENTO CRUZ ABREU, classificada em 11º lugar da lista de cotas para negros(as), com amparo na Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014 (vigente à época da publicação do edital de abertura das inscrições), e nos termos da Resolução nº 203/2015 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, alterada pela Resolução CNJ nº 565 de 13/06/2024, para o cargo vago em decorrência da posse em outro cargo público inacumulável do servidor WAGNER DE ALMEIDA SORIANO, número da vaga 865, conforme Portaria TRT6-SGEP nº 120/2026, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 15/10/2026, e tendo em vista a desistência expressa do candidato Tarcisio Pereira Pinto (10º lugar da lista de cotas), ficando lotada na Coordenadoria de Quadro de Pessoal aguardando lotação definitiva.

Este Ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

RUY SALATHIEL DE A. E M. VENTURA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE PESSOAL

ATO TRT7.GP Nº 120, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a irregularidade da acumulação simultânea de benefícios previdenciários apontada no Relatório Final da Comissão de Procedimento Sumário designada pela Portaria TRT7.DG nº 410/2026 e ante a ausência de opção válida, por parte da pensionista, em conformidade com o § 1º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019 e o Acórdão TCU 2205/2025 - Plenário, em cumprimento a Despacho da Presidência, datado de 26/8/2026 (doc. 42 do PROAD 5030/2026), resolve: CESSAR os efeitos do Ato TRT7.GP nº 116/2023 (DOU de 9/5/2023 - doc. 32 do PROAD 2398/2023), que concedeu pensão por morte de José de Ribamar Fernandes à cônjuge supérstite MARIA JOSÉ BATISTA FERNANDES.

Desª. FERNANDA MARIA UCHOA ALBUQUERQUE

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

SECRETARIA

COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATO PRESI Nº 162, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a Despacho da Presidência expedido em 8 de outubro de 2026, que dispôs sobre a reestruturação administrativa do Memorial da Justiça do Trabalho e da Coordenadoria de Saúde, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112/1990;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n.º 9004/2026 e, ainda, o interesse do serviço, resolve:

Art. 1º DISPENSAR o servidor JANIO DE OLIVEIRA TORRES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, SIGEP n.º 251, da função comissionada de Assistente do Memorial, FC-2 (código 3), do quadro de lotação do Memorial da Justiça do Trabalho.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 3 de novembro de 2026.

Desª. MARIA VALQUIRIA NORAT COELHO